

ICCER 135 S/A									
CNPJ: 48.144.217/0001-00									
BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais									
ATIVO					PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023		
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.165.401	14.823.903		Fornecedores	13	15.615.442	21.073.305	
Contas a receber	5	62.507.242	16.883.199		Partes relacionadas	14	5.648.344	7.531.787	
Estoques	6	727.627	1.404.408		Arrendamento	12	787.808	709.298	
Adiantamentos a terceiros	7	740.070	352.133		Obrigações trabalhistas	15	6.963.777	6.824.778	
Impostos a recuperar		2.162.870	36.343		Obrigações tributárias	16	3.571.151	4.086.171	
Despesas antecipadas	8	15.380	583.537		Total do circulante		32.586.522	40.225.339	
Total do circulante		69.318.589	34.083.523		NÃO CIRCULANTE				
NÃO CIRCULANTE					Fornecedores	13	6.241.374	7.946.051	
Realizável a longo prazo:					Impostos diferidos		634	634	
Depósitos judiciais	9	597.573	863.441		Arrendamento	12	712.371	607.903	
Impostos diferidos	10	341.288	622.470		Total do não circulante		6.954.379	8.554.588	
Imobilizado	11	1.761.706	39.609.600		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18			
Ativos de direito de uso	12	1.411.940	1.270.556		Capital social subscrito		1.000.000	1.000.000	
Total do não circulante		4.412.507	42.366.067		Capital social integralizado		1.000.000	1.000.000	
					Reservas de lucros		200.000	200.000	
					Lucros à disposição da assembleia		32.990.195	26.469.663	
					Total do patrimônio líquido		34.190.195	27.669.663	
TOTAL DO ATIVO		73.731.096	76.449.590		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		73.731.096	76.449.590	
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais									
RESERVA DE LUCROS									
	Nota	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	LUCROS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL			
	18	349.261	200.000	800.000	-	1.349.261			
SALDO EM 31/12/2022									
Integralização de capital subscrito		650.739	-	-	-	650.739			
Lucro líquido do exercício		-	-	-	30.127.149	30.127.149			
Reversão de dividendos complementares		-	-	3.074.301	-	3.074.301			
Destinação do resultado:									
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(7.531.787)	(7.531.787)			
- Retenção para reserva de lucros		-	-	22.535.362	(22.595.362)	-			
SALDO EM 31/12/2023		1.000.000	200.000	26.469.663	-	27.669.663			
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.593.377	22.573.277			
Destinação do resultado:									
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(5.648.344)	(5.648.344)			
- Dividendos complementares distribuídos e pagos ano anterior		-	-	(10.424.501)	(10.424.501)	-			
- Retenção para reserva de lucros		-	-	16.945.033	(16.945.033)	-			
SALDO EM 31/12/2024		1.000.000	200.000	32.990.195	-	34.190.195			
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras									
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2024									
1. CONTEXTO OPERACIONAL									
A ICCR 135 S.A. (Companhia), com sede em Curvelo-MG, foi constituída em 30 de setembro de 2022. É uma sociedade com propósito específico, que tem por objeto social o exercício das atividades necessárias à execução do contrato celebrado com a ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. (Eco135), ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA e CRASA INFRAESTRUTURA S.A., para fins da execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas Rodovias BR135/ MG, MG231/ MG e LMG754/ MG, conforme prazo de entrega total previsto para março de 2025. A ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA, é controlada pela ASTM, e detém o controle da Companhia com 50,01% do Capital Social (Nota Explicativa 18).									
O contrato foi celebrado em 10 de junho de 2021, entre a Contratante e a ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA (ITINERA), tendo a CRASA INFRAESTRUTURA S.A. (Crasa), como interveniente anuente. Através do contrato, ITINERA e Crasa acordaram o compromisso de constituir a SPE para assumir as obrigações contratuais e execução do escopo do contrato, o que foi realizado em 24 de novembro de 2022 através da celebração do Termo de Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações do Contrato, com expectativa de conclusão para março de 2023, porém, a ICCR realizará o check list final bem como a desmobilização da obra. Na data de 01 de dezembro de 2022, conforme Laudo de Avaliação, houve integralização ao Capital Social da Companhia, pela acionista ITINERA Construções Ltda., de R\$ 249.261,43 oriundo de acervo líquido formado por determinados Ativos e Passivos em 30 de novembro de 2022, todos destinados à operação da Companhia. Até a presente data, a receita contratual executada foi de R\$ 25.582.986 em 2021 e R\$ 209.139.253 em 2022, R\$ 355.365.152 em 2023 R\$ 358.642.697 em 2024 totalizando R\$ 948.710.088. A Eco135 é habilitada no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura criado pela Lei 11.488/2007, que consiste na suspensão das contribuições ao PIS e a COFINS sobre aquisições destinadas ao seu ativo imobilizado. Desta forma as receitas de prestação de serviços realizadas pela Companhia à Ecovias do Araguaia são suspensas de PIS e COFINS.									
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2025, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.									
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.									
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.									
As principais políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.									
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS									
As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.									
O resumo das principais políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações é o seguinte:									
Caixa e equivalentes de caixa									
Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.									
Contas a receber									
Estão apresentadas a valores de realização. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência do contrato de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos, descontados os valores recebidos antes da realização dos correspondentes serviços conforme cláusula contratual, os respectivos impostos diretos e de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável.									
Estoques									
Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição, estão líquidos de impostos recuperáveis e não superam os preços de mercado.									
Demais ativos circulantes e não circulantes									
São demonstrados pelos valores de realização sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas dos balanços. A Companhia reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, que provavelmente irão gerar um benefício econômico futuro.									
Imobilizado									
Os bens do Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método das quotas constantes. As taxas anuais de depreciação conforme mencionadas abaixo e pelas horas trabalhadas de equipamentos pesados:									
Contas				%					
Máquinas e equipamentos				10%					
Equipamentos de informática				20%					
Móveis e utensílios				10%					
De acordo com a política da empresa, as taxas de depreciação de máquinas e equipamentos cujos equipamentos apresentem representatividade nos saldos contábeis serão revisadas anualmente.									
Arrendamento									
Com base nas disposições do CPC 06, os contratos de arrendamento a pagar (que não constituem a prestação de serviços) são contabilizados pela imputação de um passivo financeiro à posição patrimonial-financeira, representado pelo valor presente dos futuros pagamentos de arrendamento, contra a publicação do direito de utilização do ativo arrendado nos ativos.									
O CPC 06 introduz o conceito de "direito de utilização", que determina - independentemente da forma contratual - a obrigação de lançar o direito de utilização nos ativos do balanço com o correspondente a pagar pelo valor presente dos futuros pagamentos de arrendamento como uma contra rubrica no passivo.									
Os ativos e passivos são lançados pelo valor corrente dos pagamentos de arrendamento contratualmente devidos, tendo em conta qualquer opção de extensão/resolução sempre que exista uma certeza razoável de a exercer/ não exercer.									
A parte da amortização e depreciação do direito de utilização lançada nos ativos e a despesa com juros provenientes dos passivos financeiros da locação são reconhecidas na demonstração dos resultados ao custo amortizado.									
Para os contratos que expiram no prazo de 12 meses (arrendamentos de curto prazo) e os contratos para os quais os ativos subjacentes estão configurados como ativos de baixo valor (ou seja, os ativos da locação financeira que não excedem o valor de EUR 5.000 quando novos), a introdução da IFRS 16 não resulta no reconhecimento da responsabilidade financeira da locação financeira e do direito de utilização conexo, mas os pagamentos de arrendamento são lançados na demonstração de resultados numa base linear durante a duração dos respetivos contratos.									
Impairment									
A administração da empresa entende que os valores apresentados, não estão sujeitos ao Pronunciamento Técnico 1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01-R1) concernentes à divulgação do teste de recuperabilidade de ativos (impairment), especificadamente nos ativos intangíveis e imobilizados.									
Instrumentos financeiros									
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.									
A avaliação dos instrumentos financeiros é determinada:									
(a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e									
(b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações a serem mantidas até o vencimento.									
A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo.									
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.									
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.									
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;									
Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e									
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais									
		Nota	2024	2023					
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		19	296.796.713	359.811.879					
Custo dos serviços prestados		20	(217.420.077)	(256.692.046)					
LUCRO OPERACIONAL BRUTO			79.376.636	103.119.833					
Despesas gerais e administrativas		21	(48.101.663)	(59.803.550)					
Outras receitas e despesas, líquidas			1.341.748	(65.218)					
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS			32.616.721	43.251.065					
Resultado financeiro líquido		22	1.380.113	1.961.336					
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E DA CSL			33.996.834	45.212.401					
IRPJ e CSL - correntes		23	(11.122.274)	(15.707.723)					
IRPJ e CSL - diferidos		23	(281.182)						
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			22.593.378	30.127.148					
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais									
			2024	2023					
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			22.593.378	30.127.148					
Outros Resultados Abrangentes			-	-					
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL			22.593.378	30.127.148					
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais									
		Nota	2024	2023					
Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Lucro líquido ajustado									
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			33.996.833	45.212.401					
Juros de arrendamento			216.152	106.738					
(+/-) Depreciações		11 e 12	6.049.605	1.498.609					
Total do lucro líquido ajustado			40.262.590	46.817.748					
Variação do ativo									
Contas a receber		5	(45.624.043)	(10.721.811)					
Estoques		6	676.781	1.072.938					
Adiantamentos a terceiros		7	(387.937)	(180.413)					
Impostos a recuperar			(2.126.525)	(36.343)					
Despesas antecipadas		8	568.158	(583.537)					
Depósitos judiciais		9	(34.131)	(642.602)					
Impostos diferidos		10	281.183	(622.470)					
Total da variação do ativo			(46.646.514)	(11.714.238)					
Variação do passivo									
Fornecedores		13	(7.162.540)	12.958.767					
Partes relacionadas		14	-	(1.029.839)					
Arrendamento mercantil		12	515.969	1.479.271					
Obrigações trabalhistas		15	138.999	3.840.175					
Obrigações tributárias		16	(515.020)	(465.211)					
Total da variação do passivo			(7.022.592)	16.783.164					
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais			(13.406.516)	51.926.949					
Imposto de renda e contribuição social		24	(11.403.456)	(15.085.252)					
Fluxo de caixa das atividades de investimento			(24.809.972)	36.841.697					
(-) Aquisição de imobilizado		11 e 12	(17.116.236)	(39.157.717)					
(+/-) Baixas de imobilizado		11 e 12	48.773.139	-					
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento			31.656.903	(39.157.717)					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento									
Integralização de capital social		18	-	659.739					
Pagamento de arrendamento mercantil		12	(549.144)	(598.430)					
Pagamento de dividendos			(17.956.289)	(1.291.434)					
Caixa gerado pelas atividades de financiamento			(18.505.433)	(1.239.125)					
Variação em caixa e equivalentes de caixa			(11.658.502)	3.575.282					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			14.823.903	18.399.185					
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			3.165.401	14.823.903					
Variação em caixa e equivalentes de caixa			(11.658.502)	(3.575.282)					
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras									
8. IMPOSTOS A RECUPERAR									
			2024	2023					
INSS a recuperar (a)			2.134.120	-					
Imposto de renda a recuperar			28.750	36.343					
			2.162.870	36.343					
(a) Corresponde a créditos de INSS pagos a maior no período de dezembro de 2022 até dezembro/2024, decorrente de cálculo incorreto dos valores devidos de SAT – Seguro de Acidente de Trabalho.									
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS									
			2024	2023					
Cauções e garantias			451.329	410.196					
Depósitos judiciais			446.244	453.224					
Total			897.573	863.420					
10. IMPOSTOS DIFERIDOS									
Os saldos dos impostos diferidos se referem aos montantes adicionados no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR oriundos de despesas de contratos com arrendamento de Imóveis de longo prazo, e valor global acima de cinco mil euros em atendimento ao IFRS 16 – Arrendamentos, assim como das provisões aplicadas sobre os valores de Participações nos Lucros e Resultados – PLR a serem pagos aos colaboradores locais.									
			2024	2023					
IRPJ diferido			250.947	457.699					
CSLL diferida			90.341	164.771					
Total			341.288	622.470					
11. IMOBILIZADO									
			2024	2023					
Custo			Depreciação Acumulada	Líquido		Líquido			
Máquinas e equipamentos		1.764.313	(335.678)	1.428.635	38.183.944				
Equipamentos de informática		124.319	(32.787)	91.532	715.687				
Móveis e utensílios		285.599	(44.060)	241.539	709.969				
Total		2.174.231	(412.525)	1.761.706	39.609.600				
A depreciação é calculada às seguintes taxas anuais e pelas horas trabalhadas de equipamentos pesados:									
				%					
Contas									
Máquinas e equipamentos				10%					
Equipamentos de informática				20%					
Móveis e utensílios				10%					
A movimentação das contas do imobilizado (custo e depreciação) nos exercícios de 2023 e 2024 é apresentada a seguir:									
			Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024			
Máquinas e equipamentos			39.080.250	14.019.995	(51.335.932)	1.764.313			
Equipamentos de informática			919.292	66.986	(861.959)	124.320			
Móveis e utensílios			825.957	207.755	(748.118)	285.599			
Total			40.825.500	14.654.289	(53.935.538)	1.761.231			
Depreciação acumulada									
Máquinas e equipamentos			(896.306)	(4.710.583)	5.271.210	(335.678)			
Equipamentos de informática			(203.606)	(180.138)	350.957	(32.787)			
Móveis e utensílios			(115.988)	(89.212)	161.141	(44.060)			
Total			(1.215.900)	(4.979.933)	5.783.308	(412.525)			
Total geral			39.609.600	9.314.804	(47.162.697)	1.761.706			
A previsão de conclusão de construção do contrato administrado por esta SPE se encerra no 1º semestre de 2025. Os ativos imobilizados adquiridos foram vendidos na grande maioria para outras empresas pertencentes ao acionista									

<